

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
ÍNDICE DE AUTORES	19

CAPÍTULO I IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

1. IPTU com objetivos extrafiscais	
EDVALDO BRITO.....	25
2. IPTU: por ofensa a cláusulas pétreas, a progressividade prevista na Emenda 29/2000 é inconstitucional	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E AIRES F. BARRETO....	43
3. A regra matriz do IPTU e sua constitucionalidade	
JOÃO DAMASCENO BORGES DE MIRANDA.....	77
4. A progressividade do IPTU	
KIYOSHI HARADA	99
5. IPTU – Considerações constitucionais	
ROGÉRIO VIDAL GANDRA MARTINS.....	107
6. Aspectos controvertidos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	
SYLVIO CÉSAR AFONSO.....	115
7. IPTU associado à progressividade fiscal resulta em bitributação	
WERNER NABIÇA COELHO	129

CAPÍTULO II IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

8. ISS – A volta ao passado demonstra a plena constitucionalidade de sua incidência sobre a locação de bens móveis	
ALCIDES DA FONSECA SAMPAIO	151

9. A autonomia municipal e a competência tributária dos municípios para instituir o imposto sobre serviço – ISS	
ANGELO MIGUEL DE SOUZA VARGAS	163
10. Peculiaridades do ISS – Aspectos históricos	
ANTONIO CARLOS NOGUEIRA REIS	185
11. Do regime tributário das atividades de operação de sistemas viários pelas concessionárias com referência ao ISS	
ARNOLDO WALD	201
12. A incidência do ISS nos serviços de construção civil	
BERNARDO RIBEIRO DE MORAES	223
13. As atividades da indústria gráfica diante do sistema tributário nacional	
BERNARDO RIBEIRO DE MORAES	237
14. ISS – Base de cálculo	
CARLOS ALBERTO DEL PAPA ROSSI	251
15. ISS: isenção da atividade de construção civil contratada pelo poder público no regime constitucional atual	
EDVALDO BRITO	269
16. ISS: local da prestação do serviço e isenção	
EDVALDO BRITO	287
17. Regra-matriz da incidência do ISS na administração de fundos	
EMERSON VIEIRA REIS	299
18. Imposto sobre serviços de qualquer natureza	
EROS ROBERTO GRAU	321
19. O ISS na Constituição de 1988 e na anterior	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	335
20. Fato gerador do ISS. Município com competência impositiva	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	345
21. ISS: imunidade tributária. Bingos promovidos por clubes esportivos	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES	359

22. O ISS e as cooperativas de serviços médicos	
KIYOSHI HARADA	371
23. Lei Complementar 100/1999 – Limitação de alíquota (5%) para o Imposto Sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO	383
24. Critério material do ISS: conteúdo semântico da expressão “definidos em Lei Complementar”	
MARCIO ADRIANO ANSELMO	391
25. A inconstitucionalidade da exigência de ISS sobre as incorporações imobiliárias	
MARCIO BROTTTO DE BARROS E CLÁUDIO DE OLIVEIRA SANTOS COLNAGO	431
26. Tributação do ISS para as sociedades uniprofissionais	
SÉRGIO EDUARDO DANTAS MARCOLINO E VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA	445
27. A incidência do ISS nas operações de arrendamento mercantil financeiro	
THALIS RYAN DE ANDRADE	463
28. O Imposto Sobre Serviços de Comunicação (ISSC), de competência dos Estados e Distrito Federal, e a hipótese do imposto sobre o serviço de transporte de informações	
WERNER NABIÇA COELHO	497

CAPÍTULO III

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

29. Imposto sobre transmissão de bens imóveis	
KIYOSHI HARADA	511
30. Redução de capital – ITBI	
ROQUE ANTONIO CARRAZZA	519

CAPÍTULO IV CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

31. A incidência do PIS e da Cofins sobre o faturamento das empresas de trabalho temporário	
ANDRÉ FELIX RICOTTA DE OLIVEIRA	553

32. Pis/Cofins: a não-cumulatividade e os tratados internacionais	
AROLDO GOMES DE MATTOS	569
33. As vicissitudes do crédito previdenciário em face das obrigações acessórias	
CARLOS VALDER DO NASCIMENTO	585
34. Contribuições previdenciárias. Não-recolhimento	
CLÊMERTON MERLIN CLÈVE	603
35. Compensação Finsocial/Cofins e mandado de segurança	
EDUARDO ARRUDA ALVIM E JAMES MARINS	643
36. Incidência da Cofins sobre receitas de sindicatos, associações, federações, confederações de classe e instituições culturais, de ensino ou educação	
GERALDO DE CAMARGO VIDIGAL	673
37. Prorrogação da CPMF pela Emenda Constitucional 21/1999	
HELENO TAVEIRA TÔRRES	679
38. A Cofins e as sociedades de profissionais	
HUGO DE BRITO MACHADO	695
39. A substituição tributária do PIS/Cofins nas operações com derivados de petróleo e álcool carburante	
IVAN TAUIL RODRIGUES	701
40. Contribuições sociais – Instituição com inobservância do disposto no art. 146 da CF	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	715
41. A inconstitucionalidade da imposição denominada “Finsocial”	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	737
42. Cofins e PIS – Planejamento tributário. Incompatibilidade entre o sistema tributário brasileiro e eventual norma antielisão	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA	757
43. Compensação de contribuições sociais – Limites em matéria previdenciária	
J. E. CARREIRA ALVIM	781
44. Natureza jurídica do Finsocial	
JOSÉ CARLOS GRAÇA WAGNER	807

45. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal da contribuição para a Seguridade Social	
JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES	851
46. Cobrança da CPMF	
KIYOSHI HARADA	875
47. PIS e Cofins – Isenções nas vendas para a Zona Franca de Manaus	
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO	883
48. Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF – Da inconstitucionalidade da exação	
MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ	907
49. Contribuição social sobre o lucro – Majorações de alíquota para instituições financeiras	
MARISTELA MIGLIOLI SABBAG	915
50. Anotações ao crime de não recolhimento de contribuições previdenciárias	
NEY DE BARROS BELLO FILHO	933
51. A não-cumulatividade da Cofins e da Contribuição ao PIS	
PAULO CAMARGO TEDESCO E BRUNO MACIEL DOS SANTOS	967
52. COFINS nas operações com imóveis e empresas construtoras	
SACHA CALMON NAVARRO COELHO	981
53. É inconstitucional a CPMF?	
YOSHIAKI ICHIHARA	987

CAPÍTULO V

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIDERAÇÕES

54. Os tributos e contribuições incidentes nas operações das cooperativas	
ARNALDO RIZZARDO	1001
55. A contribuição para o Senac e as prestadoras de serviços	
ARNOLDO WALD	1049
56. A natureza jurídica tributária das contribuições para o seguro DPVAT	
CLÁUDIO DE OLIVEIRA SANTOS COLNAGO	1077

57. CIP – Contribuição de Iluminação Pública: natureza jurídica
EDVALDO BRITO 1121
58. Inconstitucionalidade da contribuição parafiscal para custeio de sistemas de saúde de Estados-Membros e Municípios
ELIEZER PEREIRA MARTINS 1145
59. Salário-educação
KIYOSHI HARADA 1161
60. Breves reflexões acerca da competência tributária municipal
MARCO ANTONIO FERREIRA MACEDO 1171
61. Inconstitucionalidade do art. 3.º da Emenda Constitucional 29/2000
MIGUEL REALE 1179
62. Processo administrativo tributário – O sistema recursal vigente no Município de São Paulo
SÉRGIO LUÍS PETRASSO CORRÊA 1185
63. Contabilidade municipal. Impostos pagos com abatimento. Como devem ser lançados. Comissão do recebedor. Consulta
WALDEMAR FERREIRA 1211

